



PINHEIRO PEDRO

“A PRIVATIZAÇÃO É FACTÍVEL, MAS É PRECISO CRIAR AGÊNCIAS REGULADORAS”

Daniel Garcia



Advogado, 43 anos, membro do Conselho Consultivo da Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas (Fundespa, ligada ao IO-USP), Fernando Pinheiro Pedro foi secretário municipal do Verde e do Meio Ambiente durante a breve gestão de Régis de Oliveira na Prefeitura de São Paulo, em 1999. Foi também membro do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), de 1992 a 1998 e presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB-SP entre 1995 e 1997. Candidato do Partido Verde, tem como vice Cláudio Turtelli, também do PV

Revista Adusp – No Estado de São Paulo, a educação infantil de 0 a 6 anos ainda é uma hipótese, e de 0 a 3 anos nem existe. O que se vê é um atendimento indireto, terceirizado, envolvendo entidades filantrópicas e assistenciais. Qual a proposta do candidato para viabilizar um crescimento significativo da oferta de ensino infantil?

Pinheiro Pedro – Existe uma Emenda 14, que é do Presidente da República, que, no apagar das luzes das eleições de 1996, transferiu para os municípios a responsabilidade pela formação dos alunos do chamado primário, do 1º grau, entre a 1ª e 4ª séries. Que acontece? Os municípios de uma hora para outra assumiram integralmente essa responsabilidade no Estado de São Paulo, a própria Secretaria de Educação transferiu as crianças como quem se desfaz de carga.

Mas aconteceu algo pior: essa mesma Emenda 14 pegou o que a Constituição reservava aos municípios para a educação e engessou no governo federal, sendo que esse fundo só deveria ser revertido para o município se ele efetivamente passasse a cuidar do ensino básico. Com isso, vários programas assumidos pelos municípios no interior de São Paulo — o ensino pré-infantil e o ensino e a educação do jovem adulto, os planos de alfabetização — hoje estão relegados a segundo plano, quando não, terceirizados ou a cargo de entidades filantrópicas. Isso é uma coisa muito ruim.

O que nós propomos? Que se crie no Estado o chamado Fundeb. Ou seja, em vez de se estabelecer um fundo para desenvolvimento de

ensino básico, de ensino de primeiro grau, se estabeleça um fundo especial do governo do Estado destinado às prefeituras que desenvolverem programas de ensino básico, não somente àqueles da primeira à quarta série, mas sim a pré-escola, as creches e o ensino do jovem adulto.

Revista Adusp – O que justificou a municipalização do ensino foi a lei de repasse de recursos por meio do Fundef. Como o governo vai se preparar para o final da vigência do fundo em 2006? O que vai acontecer depois?

Pinheiro Pedro – Estamos pretendendo é criar desde já o Fundeb, que efetivamente seria o repasse para uma visão mais ampla desse ensino. Nós entendemos que a municipalização do ensino básico é importante, mas achamos que o Estado deve ter sua quota de responsabilidade, porque ele também integra o bolo fiscal, ele come sempre a maior parte. E, no caso específico da educação, ele está bastante desobrigado.

Revista Adusp – Há um projeto de lei na Assembléia Legislativa extinguindo a progressão continuada. O candidato pretende manter a progressão continuada nos moldes atuais, sabendo-se que sua aplicação vem sofrendo críticas da população e de especialistas?

Pinheiro Pedro – Sou totalmente contra o programa da educação continuada. Primeiro, porque parte do pressuposto de que todo brasileiro é hipossuficiente e deve ser patrocinado pelo Estado e condenado a se formar mesmo que não esteja preparado para tanto. Então, essa visão burocrática do ensino

deve ser totalmente combatida. Por outro lado, também não podemos restabelecer a autoridade integral do professor, infelizmente: hoje, se houver esse restabelecimento, quem vai ficar mais exposto ainda às intempéries da vida é o próprio professor.

O Estado retirou totalmente do professor a autoridade sobre a classe e, o que é pior, a autoridade sobre os alunos, a ponto de termos hoje escolas que não funcionam às sextas-feiras simplesmente porque os alunos não aparecem. Há casos de violência escolar terrível, de professores serem colocados para fora da classe por terem dado nota baixa para aluno.

Deveríamos estabelecer a possibilidade de esses professores avaliarem os alunos em conselho, algo similar ao que se faz nas escolas militares, por exemplo.

Revista Adusp – O Sr. acredita que deveria haver um retorno da reprovação ou a reprovação também é uma coisa que já deve ser deixada de lado?

Pinheiro Pedro – A gente deve estabelecer algo similar à dependência. Mas eu não descarto a possibilidade de se reprovar aluno, quer dizer, não é condenando o aluno a passar que nós vamos prepará-lo para a vida. Pelo contrário. Infelizmente, faz parte do mundo competitivo em que vivemos.

Revista Adusp – Como o candidato planeja reverter o número excessivo de alunos em salas de aula? Qual será o limite?

Pinheiro Pedro – Essa é uma boa pergunta porque se depende muito do tipo de aula que se é dada. Por

exemplo, Educação Física é uma coisa que permite que as atividades sejam promovidas em coletivos maiores. Já aulas que merecem uma atividade mais reflexiva exigem turmas menores. Isso vai depender muito do sistema de aparelhamento da escola. É necessário estabelecer uma média-padrão por classe. No caso do ensino básico, assim como no ensino superior, essa média não pode superar obviamente os 30, 40 alunos por classe.

Revista Adusp – A LDB prevê que até 2006 todos os professores tenham curso superior. Como o candidato pretende cumprir essa exigência? Pretende investir na criação dos Institutos Superiores de Educação tratados nas deliberações 7/2000 e 8/2000 do Conselho Estadual de Educação para formação de professores? Pretende envolver as universidades públicas na formação de professores para o ensino médio?

Pinheiro Pedro – A gente deve combater o academicismo na formação de professores. Essa busca pela qualificação necessariamente não significa capacitação. A didática pode ser aperfeiçoada, mas não se aprende. Ou o indivíduo tem didatismo ou ele não tem. Não é qualificando um indivíduo até com um curso de pós-pós graduação que você vai dar algo que ele não possui, que é didática. Didática é um dom. Então, me preocupo bastante com essa necessidade de o professor ser sempre de ensino superior porque, para o ensino básico e médio, muitas vezes você tem professores capacitados e que não necessariamente estão nessa linha.

Existe hoje na legislação a possibilidade de formação seqüencial. E o curso que está estabelecido como Institutos Superiores de Educação se enquadra nos cursos seqüenciais, o indivíduo pode se formar em dois anos. Seria uma capacitação similar ao que a gente chama de capacitação do tecnólogo. O que deve ser feito? Temos a Fundação Paula Souza, que é um dos grandes patrimônios da educação pública no Estado, e que se responsabiliza pelos cursos técnicos estaduais, que são muito procurados.

Então, é possível que haja um casamento entre a Secretaria de Ciência e Tecnologia, responsável pelo ensino técnico, e a Secretaria de Educação. Esse casamento não houve nas últimas duas gestões por pura idiossincrasia entre a Secretaria de Educação, ligada ao ensino profissional social (Senac, Senai), e o Secretário de Ciência e Tecnologia, que tinha posicionamento ideológico diferenciado.

Por conta dessa idiossincrasia entre a Rose Neubauer e o José Aníbal, se desenvolveu uma série de convênios superonerosos com o Senai e o Senac, para desenvolver cursos de tecnólogos e de ensino superior, sem se aproveitar o patrimônio que estava a cargo da Fundação Paula Souza e da Fatec porque pertencia a outra Secretaria.

Revista Adusp – O Estado de São Paulo tem repassado às universidades públicas estaduais, desde 1995, o equivalente a 9,57% da arrecadação anual do ICMS. Uma vez no governo, o candidato pretende manter esse percentual? Como vê a reivindicação de pro-

fessores, funcionários e estudantes, de aumento do repasse para 11%? O candidato é a favor da constitucionalização de um percentual mínimo, tal como dispõe a PEC 14/2000?

Pinheiro Pedro – A constitucionalização de um percentual mínimo já demonstrou ser eficaz em vários setores da administração pública. A gente precisa entender ser um ensino público e gratuito. Nem sempre o ensino público deve ser gratuito. O conceito no Brasil é que todo o ensino público é gratuito, e isso nem sempre deve ocorrer. Sou a favor da gente efetivamente permanecer e incentivar a universidade pública, mas ela nem sempre deve ser gratuita.

A capacitação de pessoas que são economicamente hipossuficientes deve ser priorizada para o ensino público e gratuito. E muitas vezes tem pessoas capacitadas economicamente que não precisariam usufruir do ensino gratuito, tendo condições de retribuir economicamente para que ele se aperfeiçoe, inclusive. Essa é a primeira questão importante.

Com base nisso, a gente vai transformar também a questão do ensino fazendo com que as universidades invistam mais em determinados cursos, principalmente os de capacitação, extensão universitária, pós-graduação *lato sensu* (a especialização) e a pós-graduação como um todo, captando recursos nesses cursos para poder dinamizar justamente os programas de ensino gratuito. E até mesmo o famoso ensino à distância, que já está na hora de começar a ser abordado pela uni-

versidade pública. E, num segundo momento, a gente pode pensar num engessamento constitucional. Por que eu falo que num primeiro momento deve haver essa redefinição? Porque se houver um engessamento constitucional antes, esses valores serão gastos em demandas que necessariamente não deveriam receber esses créditos.

Revista Adusp – A lei da autonomia universitária desobrigou o Tesouro Estadual de arcar com a aposentadoria dos professores das universidades estaduais, transferindo essa despesa para a folha de pagamentos das próprias universidades, o que representa para elas um elevado dispêndio. Qual a possibilidade, num governo do Sr., de o Tesouro vir a reassumir o pagamento das aposentadorias dos docentes universitários?

Pinheiro Pedro – O que eu vejo é muito professor em plena capacidade intelectual e às vezes mesmo física para poder continuar prestando serviço para a universidade e vendo-se impedidos de fazer. Temos uma discussão séria entre as fundações ligadas a professores dos cursos da Universidade de São Paulo — e a fundação é referente à capacidade que os professores têm de continuar uma vida acadêmica ativa e fazer uso dessas situações fundacionais para continuarem a dar aulas e ganhar dinheiro com isso, até para completarem suas aposentadorias — e a Universidade reagindo como um organismo a esse tipo de atividade.

Então, USP, Unesp, são universidades que estão gerando aposentados precoces em plena capacida-

de de continuar a prestar serviços. Esse pessoal poderia muito bem ser deslocado, com uma mudança estatutária qualquer, para o que a gente chama de ensino público não gratuito. E a gente conseguiria uma diminuição muito grande na chamada demanda de elevação das aposentadorias tão somente por conta dessa possibilidade do indivíduo continuar prestando serviços.

Revista Adusp – O atual sistema de escolha do Reitor e do Vice-Reitor das universidades públicas estaduais fere a autonomia universitária, na medida em que se baseia na decisão pessoal do governador, que exerce sua preferência dentre uma lista tríplice eleita, por sua vez, por um colégio eleitoral restrito. O candidato estaria disposto a apoiar um sistema de escolha mais democrático, por voto direto da comunidade universitária e que se encerrasse no âmbito das universidades, sem interferência do governador?

Pinheiro Pedro – Essa discussão é antiga. A gente precisa estabelecer uma diferenciação entre gestão universitária, divisão técnica da produção intelectual e divisão social da produção intelectual. Se a gente admitir os estudantes, os professores e os funcionários como representantes de igual capacidade de voto na realização da chamada democratização do ensino, então nós temos que ampliar essa democratização do ensino para a comunidade diretamente afetada pela extensão universitária. Porque, se a sociedade é a real destinatária dessa produção cultural e educativa, é ela que deveria opinar. Essa mecânica eu não admitiria.

“Nem sempre o ensino público deve ser gratuito”

A mecânica deveria ser respeitar a autonomia universitária dentro dos conselhos universitários. O Conselho Universitário deveria assumir essa responsabilidade, e não o faz por puro comodismo. Não há uma demanda política dos conselhos universitários porque eles se sentem muito tranquilos em fazer a indicação, e permitir que haja a eleição, e aí a responsabilidade passa a ser do governador.

A responsabilidade do ensino é, *a priori*, do docente. Não é do estudante, porque é um ser passivo nesta questão, e muito menos do funcionário, que é o encarregado do suporte — então, nem deveria opinar. E o Conselho Universitário já é a linha democrática, porque dele participam os representantes da sociedade, do setor produtivo e do próprio corpo docente.

Revista Adusp – O que o Sr. espera das universidades estaduais paulistas e como pensa em relacionar-se com elas, se eleito governador?

Pinheiro Pedro – O Poder Público é um só. Poder Público, para o cidadão, o contribuinte, significa todos os aparelhos de Estado reunidos. E a universidade pública

**“O cerne
do crime
organizado está
na sonegação”**

integra o Poder Público. Então, a integração do governador do Estado com os centros universitários que lhe são afetos, principalmente os públicos, deve ser integral.

Falta ainda muita coisa para a universidade pública para que ela possa se assenhorar de várias políticas públicas do Estado. Por exemplo, é tradição em países evoluídos que as universidades desenvolvam todos os programas relativos à segurança pública, à defesa do órgão público, ao serviço de inteligência. As universidades no Estado de São Paulo, e no Brasil como um todo, são completamente separadas da implementação das políticas de segurança pública. Então, no meu entender, o trabalho das universidades deve ser intimamente articulado com a chefia executiva do Estado de São Paulo.

Revista Adusp – São Paulo representa 30% do PIB nacional, mas não tem uma presença equivalente no cenário político nacional, e está até subrepresentado no Congresso, em termos da relação população-número de parlamentares. O Sr. pretende dar maior peso político ao cargo de governador de São Paulo?

Pinheiro Pedro – Com certeza. O governo federal sempre se preo-

cupou em reduzir profundamente a capacidade de decisão do Estado de São Paulo na República, na federação. Geisel, na década de 70, fechou o Congresso e modificou a Constituição, estabelecendo aquelas proporções de parlamentares. Temos a federação “conspirando” contra São Paulo. Mas a pujança econômica paulista é enorme. Após um desenvolvimento muito grande na federação, São Paulo continua capitaneando. Está sempre um passo à frente.

Devemos deixar de ter uma preocupação com a federação. Não devemos nos sentir culpados face a isso e nem vítimas. São Paulo tem condições de andar com pernas próprias e contribuir profundamente com a federação. O que é preciso? Reestruturar o Estado administrativamente para que ele possa capitanear a federação brasileira neste terceiro milênio; identificar, dentro do Estado de São Paulo, quais são os próximos pontos a serem abordados pela economia moderna.

Revista Adusp – Diante do desemprego cada vez mais agudo no Estado de São Paulo, chegando ao índice de 20% no ABC e na região metropolitana da Capital, que medidas o Sr. pretende implantar?

Pinheiro Pedro – Fui presidente da comissão de Meio Ambiente da OAB por quase dez anos, e nesse período eu pude acompanhar bastante as demandas de desenvolvimento do Estado. Participamos ativamente da criação do Fórum do ABC; participamos da discussão dos movimentos de criação do pólo de desenvolvimento da Zona Leste, na região metropolitana de São Paulo; estudamos e analisamos os eixos

de desenvolvimento no interior do Estado, a implantação das áreas metropolitanas da Baixada Santista, do Vale do Paraíba, da região de Campinas; e as discussões advindas da implantação da política estadual de recursos hídricos, de 1991 até agora.

Para voltar a ter emprego no Estado, precisa-se fazer uma opção séria e decidida pelo desenvolvimento, um desenvolvimento sustentável. E o desenvolvimento sustentável se faz com três vertentes e uma perspectiva. A perspectiva é o futuro, e as três vertentes são a responsabilidade social, o Estado cumprindo a sua parte com programas de inclusão social que passem pela educação continuada e progressiva; programas de habitação, urbanização de lotes urbanos; e o desenvolvimento de planejamentos por unidades de planejamento, que são as bacias hidrográficas. Fazer com que as bacias hidrográficas integrem os municípios nelas estabelecidos e possam desenvolver pólos próprios e regionais de desenvolvimento.

Revista Adusp – O Sr. pensa em adotar estratégias de desenvolvimento regional? Como elas poderiam combinar-se com o combate ao desemprego?

Pinheiro Pedro – O combate ao desemprego tem que ser feito exatamente como tal, como combate. Temos que trabalhar com o que eu chamo de redução social da pobreza, que não quer dizer eliminação física dos pobres. Pelo contrário. O que temos que fazer é um programa de inclusão social.

Ao sul do Equador, os bancos são muito mais poderosos que ao norte do Equador porque estão

desobrigados a financiar os pobres. Todo programa de financiamento — a casa popular, o crédito pessoal — que os bancos desenvolvem ao norte do Equador, eles não fazem ao sul. Por isso eles acumulam muita riqueza e se preocupam apenas em financiar grandes projetos e negócios econômicos. Temos ao sul do Equador 85% quase da população urbana morando irregularmente. O Estado de São Paulo não está fora disso. Pelo contrário, temos hoje nas regiões periféricas das cidades quilômetros e quilômetros quadrados de loteamentos clandestinos, de favelas, de áreas irregularmente ocupadas, cuja legalização é obstruída pela lei, muitas vezes pela lei de caráter ambiental.

São milhões de indivíduos que poderiam já há muito ter um acesso a um microcrédito. E os próprios programas de microcrédito estabelecidos em São Paulo, como o Banco do Povo, criam esse empecilho. Na hora de fazer a carta de aval o cara tem que ter um avalista que tenha propriedade, portanto você vê que é uma falácia o Banco Popular. Esse bloqueio faz com que os bancos acumulem riquezas, que o Estado não se preocupe em fazer a regularização fundiária e urbana, e os pobres continuam como estão, sem perspectivas.

Revista Adusp – Há “espaço” para uma reforma agrária nos limites do Estado? O Sr. tem planos de desapropriação de latifúndios e metas de assentamento de trabalhadores rurais sem-terra? Que relacionamento pretende manter com o MST?

Pinheiro Pedro – Os verdes têm uma discussão muito clara sobre isso. Não temos uma preocupação com a reforma agrária. A nossa preocupa-

ção é com a reforma agrícola. Não adianta dividirmos a terra se não soubermos o que queremos dela. A discussão nossa é profunda com o Movimento dos Sem Terra nesse sentido. Primeiro, porque entendemos que uma coisa é atender à demanda e outra é induzir a demanda. O MST hoje induz a uma demanda, não atende a uma demanda e não representa essa demanda, que é a demanda de regularização fundiária no campo.

Temos pólos de pobreza relacionados com a questão fundiária no meio rural no Estado de São Paulo: Pontal do Paranapanema, Vale do Ribeira e a depressão periférica em direção ao vale do Paranapanema. Outro pólo importante é o litoral sul paulista, que está perdendo muito da sua produção agrícola, por conta da urbanização crescente dos municípios. São fenômenos de caráter ambiental.

Na setorização por bacias hidrográficas, estabelecendo-se pólos de planejamento localizados, vamos conseguir que os municípios estabeleçam efetivamente, de maneira integrada, que tipo de cultura agrícola pretendem desenvolver. Determinado tipo de cultura exige extensão, e não existe melhor instrumento para ser aplicado que o Estatuto da Terra, a meu ver o melhor estatuto ambiental rural existente no país, porque estabelece o módulo rural de acordo com o tipo de cultura que vai se processar.

Revista Adusp – Há evidências de que a sonegação fiscal é muito alta, o que acarreta perdas óbvias na consecução de recursos para saúde, educação, saneamento básico, transportes, segurança pública e demais áreas sociais. De que modo o Sr. pretende enfrentar esse problema?

“Nossa preocupação é a reforma agrícola, não a agrária”

Pinheiro Pedro – Tenho um trabalho na área de segurança pública muito grande, há 17 anos eu advogo na área penal militar e administrativa disciplinar, e participei profissionalmente da solução de vários conflitos envolvendo, inclusive, a Receita Federal com a Polícia Federal no Estado de São Paulo. Profissionalmente, ajudando a Receita Federal a solucionar esses questões no âmbito da competência — atritos violentos, sérios, relacionados à atribuição de competências nos nossos portos, que são os maiores do Brasil.

Tenho observado, até com a experiência que adquiri em diálogo com a polícia italiana, que o cerne do crime organizado está na sonegação. Você não vai combater um tráfico de drogas, um tráfico de armas, a evasão de divisas, o contrabando e a lavagem de dinheiro correndo atrás de um molequinho na frente da favela porque está traficando. Você vai combater fazendo um trabalho de inteligência muito sério, com a utilização de *test force* — aliás, grande parte dos policiais que foram para o exterior comigo fazendo cursos são hoje os responsáveis pela organização dos *test force* na polícia brasileira.

A sonegação fiscal ocorre por duas questões. Primeiro, nós temos uma política fiscal confiscatória. Não é o Estado de São Paulo que vai poder resolver. Isso é um problema da União. No âmbito de São Paulo, a gente deve resolver a questão da carga, porque é ela que gera ICMS. E hoje nós temos um problema muito sério relacionado à fiscalização dessas áreas. A Receita paulista não mais tem cuidado da fiscalização. Ela precisa trabalhar em forças tarefas vinculadas ao Ministério Público, à Polícia Civil e à Polícia Militar para combater o tráfico, o contrabando e o roubo de cargas no Estado de São Paulo.

Revista Adusp – O colapso do setor elétrico não só causou enorme sacrifício para a maior parte da população brasileira, como provocou uma retração da economia, em razão do racionamento e da majoração das tarifas. Diante do importante parque de geração elétrica existente no Estado, e da necessidade de impulsionar o crescimento econômico, que medidas poderiam ser adotadas pelo futuro governo estadual para evitar uma nova crise de abastecimento?

Pinheiro Pedro – O Partido Verde tem sido o primeiro a discutir essa questão no Estado de São Paulo e, há dez anos, era tido como louco. Há cinco anos, o PV era um bando de ambientalistas malucos que falavam que a gente ia ter um colapso de energia elétrica e que ia sofrer problemas de falta de água. Então, aquela previsão se realizou. Para infelicidade de todos, porque bastava o governo ter planejado. E não o fez. O governo federal e o governo estadual. Acontece que hoje isso é uma questão estratégica.

Temos hoje todo um redesenho da base da matriz energética brasileira voltada para o que nós falamos de economia do terceiro milênio, que é o ambiente de regulação. Há 20 anos, o mundo tem entrado em processo de desfazimento do Estado provedor para a introdução do Estado regulador. E a expansão da matriz e da base econômica se faz hoje pela atividade privada, sendo resguardado o interesse público por meio de agências reguladoras. Isso se faz no mundo todo.

A questão da energia tem que se travar pelo ambiente de regulação. Questão energética é prioritariamente federal. Ao Estado de São Paulo compete harmonizar o seu planejamento territorial com o planejamento federal na implantação da estratégia de política energética. Nos últimos anos foi que o Estado de São Paulo se empenhou em fazer valer interesses locais, muitas vezes não condizentes com o interesse nacional, obstruindo a implantação da estratégia da União para a solução do problema.

Qual é a função das termelétricas e das fontes alternativas de distribuição de energia? Fazer com que no decorrer na energia nos linhões, elas sirvam como verdadeiras pilhas, que evitam que o sistema caia, e possam vender energia diretamente para consumidores prioritários, que ficam livres do sistema tradicional. Não vejo nenhum problema no ambiente de regulação. Só quero que ele funcione no Estado de São Paulo.

E o que o Estado tem que fazer? Utilizar-se de suas 21 unidades, que são as bacias hidrográficas, para criar um plano de suportabilidade para o uso múltiplo das águas destinadas à

energia, e com isso facilitar ou obstruir definitivamente, de acordo com a suportabilidade de cada bacia, os problemas de geração de energia. Isso é vontade política do Estado.

Revista Adusp – O Sr. dará continuidade à política de privatizações praticada desde 1994? Qual é o futuro da Nossa Caixa, único banco de que o Estado dispõe atualmente?

Pinheiro Pedro – A política de privatização brasileira foi importante, mas, no caso do Estado de São Paulo, ela precisa ser melhor equacionada. Digo isso com referência à questão das estradas. É necessário a gente equacionar definitivamente a política de pedágios e a fiscalização, criar um agência estadual, ou então uma integração maior com a agência federal de transportes — a gente tem que integrar a estrutura administrativa do Estado de São Paulo ao ambiente de regulação, articulando os órgãos ambientais e os pólos de desenvolvimento às agências reguladoras federais, e criando agências reguladoras estaduais, como uma agência de bacias estadual, e agência ambiental, não como está hoje. Por isso a privatização, no meu entender, é factível, mas não pode cair na tentação da globalização.

O banco público é fundamental no Estado de São Paulo principalmente para atender o pequeno crédito. A Nossa Caixa tem crescido porque para ela têm sido destinadas as contas da população mais pobre, que estavam no antigo Banespa e que, em certa medida, não foram absorvidas pelo sistema do Santander. A privatização da Nossa Caixa pode significar a exclusão social de grande parte da população de São Paulo.